



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO PARTICIPATIVA: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA
ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO**

ROSANA MARA GONÇALVES

SERRANIA/MG

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO PARTICIPATIVA: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA
ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**SERRANIA/MG
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSANA MARA GONÇALVES

GESTÃO PARTICIPATIVA: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.– Avaliador

Prof. Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira – Orientadora

Rosana Mara Gonçalves - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica, em especial ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela minha saúde e por ter me guiado ao longo da conclusão de mais essa meta.

Gostaria também de agradecer a minha tutora e orientadora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira que sempre contribuiu de forma positiva para a conclusão desse sonho. Queria dizer que os incentivos, as palavras amigas e puxões de orelha serão sempre lembrados com carinho, pois se tornaram um grande diferencial durante a minha formação. Um exemplo de profissional, obrigada por ter permanecido ao meu lado e por acreditar em mim.

Aos meus pais por me incentivarem e entenderem minhas horas de estudos, ao meu filho querido por me dar orgulho de estar cursando faculdade de Otondologia, que mesmo distante me apoiou nesta jornada.

Aos meus colegas de trabalho pelo companheirismo e disponibilidade e em especial à professora Climene Cristina Dias de Siqueira, Diretora Carmen Cinthia Rossi Silva e Renata por me auxiliar em vários momentos.

Não poderia deixar de agradecer ao colega Erivelton “Barata”, por me incentivar nos momentos de desânimo, também por receber de braços abertos na Escola Estadual José Bonifácio – Poço Fundo.

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância do Projeto Político Pedagógico no contexto escolar e tem como parâmetro de estudo o PPP da Escola Estadual José Bonifácio, localizada no município de Poço Fundo. Pondera ainda o modo como ocorre a participação dos pais e da comunidade em relação à escola e a elaboração e efetivação do PPP. A fundamentação do estudo aqui sugerido procura uma compreensão mais abrangente desta temática. Além de refletir sobre a construção do Projeto Político Pedagógico proposto durante o curso. Compreendendo a escola como espaço participativo em que todos os envolvidos devem ser considerados no processo educativo de modo a participarem diretamente na elaboração ou reelaboração do PPP, o qual deve ter como objetivo a promoção de ações que fortaleça a importância da parceria entre escola e família para o desenvolvimento integral do aluno beneficiando a participação da família na escola. Neste sentido, foi realizado um estudo bibliográfico contemplando temas com a interação entre a família e a escola, Projeto Político Pedagógico e a gestão democrática. Como resultado e à luz do referencial teórico analisado, pretende-se contribuir com reflexões a partir da adoção de um novo modelo de gestão educacional pautado na democracia, autonomia e participação dos atores educacionais em prol de uma educação equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico – Família – Escola – Gestão Participativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1-UM POUCO SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	07
1.1-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E FAMÍLIA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	08
1.2-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	10
2-PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO VIGENTE NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO.....	14
3-CONSTRUÇÃO DO PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO): ALGUNS APONTAMENTOS.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXO-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO-MG.....	26

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco realizar uma análise atrelada a gestão participativa, assim como a relação existente entre família e escola a partir das observações realizadas na avaliação do projeto político pedagógico.

Para tanto, é necessário compreender os conceitos de Gestão Democrática da Educação Pública e de ideias que vem sendo discutidas atualmente e que não se concretiza, de fato, nas escolas como um fazer democrático.

Embora o projeto político pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio (anexo 1), no item 16 (DA ARTICULAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE) refira-se à família e à comunidade como essencial, compreendendo que a participação da família em parceria com a escola na formação dos educandos é importante para que haja um comprometimento com o processo de aprendizagem, este ainda apresenta itens a serem melhores investigados para posteriores alterações.

De acordo com o PPP da escola, busca-se possibilitar tal participação por meio da promoção de atividades articuladas com a comunidade, assim como eventos esportivos, seminários, palestras, encontros, exposições, reuniões, campanhas de cunho social, comemorações cívicas e sociais, tendo por objetivo despertar nos educandos o prazer de estar na escola. Com essa visão, a “E. E José Bonifácio”, mantém vários projetos permanentes e temporários. Durante essas atividades, a escola é aberta à comunidade sendo comum a parceria com a Prefeitura Municipal de Poço Fundo e comércio local.

Esse tipo de alternativa preventiva é, sim, importante, mas para que as dificuldades nesse modo de relação não aumentem, entretanto, é preciso refletir se apenas essas ações fazem com que a escola possa ser apontada como democrática. Quais seriam os pontos a serem melhorados ou alterados?

A partir de tal item podem ser estabelecidas diferentes discussões, como, por exemplo, a participação da família e da pouca importância dada a ela nas decisões da escola, a família precisa fazer parte das decisões. Apenas o fato da família participar de eventos não é suficiente para dizer que há de fato uma transformação na gestão da escola, também não é suficiente para dizer que há mudanças na aprendizagem, fator que é o essencial ao se pensar na educação, já que os alunos e

a qualidade da educação tornam-se ponto chave de qualquer discussão atrelada à escola.

Ao que se refere a aprendizagem e a participação da família, muitos são os autores que destacam tal parceria, o qual será defendido ao longo do texto.

Quanto ao modelo de gestão e qualidade de ensino temos Oliveira (2009) que aponta que a relação entre gestão escolar e a qualidade no ensino estão inteiramente relacionadas e que a qualidade da educação perpassa pelo modelo de gestão adotado. O trabalho da autora está embasado em pesquisadores como: Libâneo (2009), Luck (2006), Sander (2007), dentre outros importantes para pensar em gestão escolar democrática e participativa.

1– UM POUCO SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

De acordo com Ferreira (apud Veiga 2002, p. 1)

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira 1975, p.1.144).

Seguindo essa lógica de pensamento, ao idealizarmos o projeto de uma escola, estamos delineando metas que buscamos alcançar. É um olhar para além do presente a fim de projetar aquilo que se pretende concretizar.

Veiga ainda aponta Gadotti (1994) que afirma que todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro, logo, projetar denota a quebra de um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.

Dessa forma o projeto educativo seria uma idealização frente a determinadas rupturas apontando possíveis ações futuras.

Como nos afirma Saviani

o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar

intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

De acordo com Veiga, ao ser tido como instrumento responsável por organizar o trabalho pedagógico na instituição escolar, o PPP, é fruto de reflexões e investigações em torno da realidade escolar e de seus atores, exigindo, portanto, uma "profunda reflexão sobre as finalidades da escola" (Veiga, 2002, p. 9).

Logo, podemos traçar alguns apontamentos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2011); os autores dizem que a ideia de planejamento escolar não é nova aparecendo no início dos anos 60 e se desenvolvendo na década de 70, quando se difunde a prática do planejamento curricular.

A partir de então se consolida a expressão de projeto pedagógico, que oferece uma ampliação a ideia de planejamento, o qual abrange todo o conjunto das atividades escolares para além do currículo.

De acordo com os autores é a partir da disseminação das práticas de gestão participativa que foi concretizando a compreensão de que o PPP deveria ser pensado, discutido e formulado em conjunto, o que possibilita também a construção da ideia de autonomia pela escola possibilitando que toda a comunidade escolar se insere nos processos decisórios tanto organizacionais quanto pedagógico-curriculares.

Defendem ainda que a formulação coletiva do PPP é ainda bastante precária, pois a ideia vale mais como um princípio educativo do que como um instrumento concreto de mudanças institucional de comportamento e da prática do corpo docente.

Assim, afirmam ainda que projeto pedagógico-curricular é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar que vise atender a todos os alunos.

1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E FAMÍLIA: ALGUNS APONTAMENTOS

De acordo com Anjos (et al.2013 p. 30) ao assumirmos o PPP como uma ação intencional que contempla utopias e intenções da comunidade e a forma como poderão ser efetivadas tais ações, este é de acordo com Veiga (1995) a própria maneira de organização do trabalho pedagógico de uma escola na sua totalidade, definida a partir de um processo de construção como ato deliberado dos sujeitos envolvidos em tal trabalho.

Ainda de acordo com a obra acima

Moreira (2002) afirma que o PPP, sendo o registro dessa intencionalidade, ele é um ato político e pedagógico de educar, que deve ser elaborado coletivamente por representantes de toda a comunidade escolar, que busque metas comuns que, não só possibilitem a concretização das opções curriculares, mas também, transformem a realidade escolar a fim de que o processo de ensino e de aprendizagem seja realizado com qualidade e criticidade. (ANJOS, et al.p. 31,2013)

Conforme Moreira (2012), se os envolvidos como família e escola demonstrarem curiosidade em relação ao que acontece em sala de aula e reforçarem a importância do que está sendo ensinado aos seus filhos, estará dando uma enorme contribuição para o sucesso da aprendizagem dos mesmos, pois escola e família têm o mesmo objetivo: fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem.

Nesse sentido, Ghiraldelli (2005) diz que as “instituições que conseguirem transformar os pais ou responsáveis em parceiros diminuirão os índices de evasão e violência e melhorarão o rendimento das turmas de forma significativa”.

A família, ao atuar de modo participativo na escola, possibilita um rico diálogo que vai muito além de falas. Daí surge uma possibilidade de trocas. Família e escola podem construir juntas, alternativas de melhoras, assim como a avaliação dessas. A intenção é que essa parceria se estabeleça por meio de uma intervenção, consciente, bem delineada. A partir de tal planejamento a escola terá a possibilidade de criar espaços de reflexão e experiências de vida na comunidade educativa, estabelecendo acima de tudo aproximação entre as duas instituições: a familiar e a escolar.

Sabemos que a escola não possui apenas a função de ensinar o conhecimento sistematizado, com a demanda atual a escola passa a ser responsabilizada pelo desenvolvimento de habilidades sociais e passa a ter dificuldades em aceitar essas novas atribuições consequentes das mudanças sociais.

Sabe-se que para que haja sucesso no processo de ensino e aprendizagem é importante a participação da família na escola. Desta forma, de acordo com Parente e Carmo, torna-se essencial que a instituição procure desenvolver estratégias que venham envolver a família, promover a corresponsabilidade e sensibilizá-la a sentir-se integrante no processo educativo.

1.2 - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Para começar a discussão, nada mais oportuno do que apontar a LDB (lei n.9.394/96), art.12, na qual é colocada uma orientação legal que confere à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto político pedagógico. Além disso, a lei também delibera normas de gestão democrática na educação básica e no ensino público em geral.

Deste modo, podemos perceber no art. 14 esses apontamentos, os quais explicitam que: os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com Veiga (2006, p.115):

Entre as prioridades propostas do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei n. 10.172/2001, está a de que políticas públicas de educação devem “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares em órgãos equivalentes (...)”. Como objetivo, destaca “a descentralização da gestão educacional com o fortalecimento da autonomia da escola garantida a participação da sociedade na gestão da escola e da educação.

A lei sugere que se firme o conselho escolar como um meio de que haja a descentralização da gestão, tendo em vista a gestão participativa, inserindo a comunidade e conseqüentemente a família no interior da escola. Todavia, ainda de acordo com Veiga (2006) a existência da lei por si só não democratiza a gestão da escola, torna-se um importante instrumento, mas, isoladamente não conduz à democracia e a participação. Deste modo, para Veiga (2006) os mecanismos de descentralização da gestão sendo estabelecidos torna-se necessário que a escola se abra para a construção do espaço de exercício de autonomia, a partir de então um longo trabalho de planejamento precisa ser iniciado.

Mediante tal ideia, o projeto não deve ser concebido como fórmula pronta e inflexível, mas sim, como tarefa que “não se limita ao âmago das relações interpessoais, mas que se torna realisticamente situada nas estruturas, nos recursos e limites que a singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos” (Marques 1990, p.22).

De acordo com Veiga (2006, p. 117)

o projeto tem que ser viável; colocado em prática, deve ser exequível e assumido coletivamente pelo grupo, ou seja, pelos vários segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, pais e representantes da comunidade); deve ser participativo e democrático.

Deste modo, o envolvimento da família e da comunidade por meio do colegiado ou de conselhos poderão garantir a participação e representação de ideias, dúvidas, assim como novas propostas a fim de dar seqüência ao projeto político pedagógico ou trazer melhorias a serem realizadas.

Para Veiga (2006), a democracia e a participação são pilares que fundamentam a possibilidade de empoderamento da comunidade escolar na perspectiva da instituição educativa pública e de qualidade social.

Para Nogueira (apud CARBELLO, 2012 p.7) “na sociedade capitalista, organizada em Estados democráticos, representativa, é possível identificar quatro modalidades de participação coexistentes: a participação assistencialista, a participação corporativa, a participação eleitoral e a participação política”.

Dessa forma, a assistencialista é de natureza filantrópica, apresentada como universal, já que está presente em todas as épocas, confirmando se como estratégia de sobrevivência, sobretudo entre os segmentos sociais marginalizados. Como exemplos deste tipo de participação, temos os grupos solidários.

Já a corporativa, com características bem distintas, “centraliza-se na organização de grupos sociais ou categorias profissionais que surgem para defender interesses específicos dos membros destes grupos”. (CARBELLO, 2012, p. 8). Para Nogueira essa é também uma modalidade universal de participação. “Ambas, aliás, interpenetram-se intensamente, até mesmo porque estão articuladas de maneira estreita com problemas existenciais, imediatos, práticos, concretos, quase sempre de fundo econômico. (NOGUEIRA, 2004, p. 131).

Sendo assim, de acordo com Nogueira (apud Carbenello, 2012, p. 8), essas duas formas de participação “integram uma espécie de dimensão pré-política da agregação moderna”. São, portanto, práticas de participação relacionadas ao proletariado que em determinados momentos históricos ameaçavam a unidade nacional e a ordem social na perspectiva burguesa.

A participação eleitoral intervém diretamente na coletividade e governabilidade. Deste modo, para Nogueira (apud CARBELLO, 2012 p.7)

Já há nela, portanto, uma consciência mais clara do poder político e das possibilidades de direcioná-lo ou de reorganizá-lo. O cidadão, aqui, está muito mais encorpado e maduro, afirmando-se não apenas em relação a si próprio (direitos individuais, civis), mas também em relação aos outros (direitos políticos) (NOGUEIRA, 2004, p. 132)

Como nos afirma Carbello (2012), esse tipo de participação concebe um avanço diante das modalidades anteriores, entretanto, ainda é limitada por estar condicionada a atos e escolhas particulares. Todavia, a participação política, quarta modalidade complementa e supera esse modelo. De acordo com Nogueira (apud CARBELLO, 2012, p.8) “a participação propriamente política, porém, realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado” (NOGUEIRA, 2004, p. 133).

De forma resumida, Nogueira (2007, p.7) aponta que:

por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. É essa participação, em suma, que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos. Justamente por isso, seus protagonistas centrais são os cidadãos.

De acordo com Carbello (2012), tendo como principio a ideia defendida por esses autores, a participação concretiza, protege e dinamiza a cidadania. Logo essas ações tornam-se fundamentais para a construção e organização de uma escola pública verdadeiramente democrática.

Cury (2005), aponta que a gestão nos moldes democráticos é um ponto chave que contribui para que o projeto político pedagógico se efetive com qualidade, conseqüentemente gerará cidadãos ativos e futuros participantes comprometidos com ações que busquem questionar o poder, deste modo, a escola estará executando seu papel e o compromisso com a sociedade.

Entretanto, para Veiga (2004)

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Nesse sentido, Veiga (2009, p. 163) defende que: “participar significa que todos podem e devem contribuir, com igualdade de oportunidades”. Seguindo tal proposta, a escola conta com instâncias colegiadas, entre elas, o Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres (APM), o Conselho de Classe, etc.

Portanto, participação requer o sentido da construção de algo que envolve todos os interessados e que tem a ver com educação de qualidade. Ela é condição para a gestão democrática e uma não é possível sem a outra. (VEIGA, 2009, p. 163)

Não poderíamos fechar tal discussão sem apontar um destaque de Paro (2008) quando defende que “se estamos preocupados em formar cidadãos participativos por meio da escola, é preciso dispor as relações às atividades que aí se dão de modo a marcar os sujeitos que por ela passam com os sinais de convivência democrática.” Portanto, esse processo é contínuo, sugere muito empenho por parte de todos os envolvidos, a fim de que possamos, de forma continuada formar cidadãos efetivamente participativos, construindo uma espécie de rede em que: família, escola, alunos e demais instâncias dialoguem entre si.

Conforme explicita Gutierrez e Catani:

[...] o universo da escola é particularmente complexo e específico; o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual como ele se vê, e não apenas como eu o vejo a partir da minha especificidade (apud FERREIRA, 2000, p. 74).

Os autores ainda afirmam que a escola tem seu universo próprio, o conhecimento prévio é o único meio pelo qual este universo pode ser compreendido, a partir do envolvimento, adentrando em suas especificidades e problemas.

Deste modo o primeiro ponto a ser destacado para conhecer a realidade de uma escola pública

é identificar sua relação com a comunidade, o que se reflete na prática cotidiana de gestão da administração, ao mesmo tempo em que, para se conhecer uma dada comunidade a fundo, é necessário conhecer a escola que a permeia, pois, é ela que lida direta e indiretamente com a miséria e a pobreza da comunidade em que está inserida do que outras instâncias como as universidades ou as empresas (apud FERREIRA, 2000).

Todavia, o fato que direciona esse trabalho é o de que há ainda uma grande distorção ao se pensar na gestão democrática, a partir de tal equívoco, diante de tal ponto de vista, o envolvimento ou participação da família na educação pode significar apenas o comparecimento às reuniões de pais e mestres, acompanhamento dos deveres de casa e das notas e atividades desse tipo, as quais não direcionam a um diálogo entre família e escola.

Existe ainda grande dificuldade de assimilar tal relação, dificuldades que se explicitarão ao longo desse trabalho, por intermédio dos autores aqui apontados e outros que poderão ser descobertos ao longo do caminho.

2- PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO VIGENTE NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO

A Escola Estadual José Bonifácio está localizada no centro da cidade de Poço Fundo, sul de Minas Gerais, na Rua Prefeito Edgard Ferreira, n.º 124. A clientela da escola está direcionada ao Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Tempo Integral. A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta recentemente com 678 alunos matriculados, totalizando um total de 28 turmas.

O Projeto Político Pedagógico da escola fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que contribui para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, através da construção, disseminação do conhecimento e (re) leitura de mundo, num processo contínuo de aprendizado e envolvendo professores, alunos, funcionários e toda a comunidade.

Logo de início nota-se que um dos principais eixos norteadores do PPP (Projeto Político Pedagógico) baseiam-se na gestão democrática além do trabalho unificado, ou coletivo, o que torna-se um ponto positivo para a discussão aqui desenvolvida.

Contudo, observa-se que a gestão participativa em que família e comunidade se envolvem nos processos decisórios de forma a contribuir com a qualidade da educação não é apontada nos objetivos do projeto político pedagógico. Entretanto no item **5.1. DA PROPOSTA CURRICULAR**, o PPP aponta que “os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade” (p.9). Essa proposta está baseada no ideal de uma educação de qualidade e da formação de um sujeito integral aliado à transformação da sociedade e do respeito à diversidade cultural. Deste modo, nota-se que embora não aponte de forma explícita nos objetivos, a escola considera que a interação família - escola é imprescindível. Portanto, se essa interação for bem avaliada e projetada pode sim haver grandes benefícios para a aprendizagem.

Quando observa-se a data do PPP (em anexo), percebe-se que está atualizada, pois as metas de 2014, ano que foi avaliado, estavam em dia, fato importante já que uma grande maioria das escolas não atualizam seus projetos, fator que nos demonstra que essas instituições não consideram, a importância de seus projetos.

Considerando a discussão aqui pautada, um ponto a ser destacado é a meta 12 do projeto que aponta para 35% das famílias envolvidas nas ações realizadas pela escola.

Todavia, não poderia dizer que tal meta é satisfatória, já que, ao se pensar em uma gestão democrática e participativa, poderíamos sugerir que essas famílias, ao invés de estarem envolvidas nas ações realizadas pela escola estivessem envolvidas, juntamente com a escola para realizar essas ações, deste modo eles se sentiriam parte da escola e não uma simples visita aleatória.

Continuando a análise, o PPP ao apontar tais metas deixa explícito algumas estratégias. Deste modo, afirma que a relação teoria-prática se efetiva na articulação das disciplinas integrantes no currículo da escola, por meio da realização de projetos. Ainda de acordo com o PPP é a partir desses projetos que são promovidas

atividades interdisciplinares, abrangendo as diversas áreas do conhecimento e a participação da comunidade escolar, tendo em vista transformar a escola num espaço de produção de conhecimento, tanto para o aluno quanto para o professor. Quanto a esse item poderíamos dizer que a escola deve sim ser um espaço de conhecimento para todos os membros da comunidade escolar, família, alunos, corpo docente, funcionários etc.

Sendo assim, a escola empenhou em 2014 na realização de projetos, procurando envolver toda comunidade escolar, tendo como objetivo uma construção coletiva da aprendizagem, contemplando as diferentes áreas do conhecimento, sob o enfoque interdisciplinar.

De acordo com o PPP, as ações em destaque nos projetos objetivavam promover a “participação efetiva dos educandos, dinamizando ações sociais, culturais, políticas, esportivas e de comunicação com a comunidade escolar (com ênfase na integração família-escola)” (p.28), tal ação aponta para o fortalecimento do papel da própria escola, buscando desenvolver valores como respeito com o ser humano e o espaço físico que o cerca.

Ainda de acordo com o PPP, a parceria família e escola almeja a construção de uma intervenção planejada e consciente, tendo em vista a “criação de espaços de reflexão e experiências de vida numa comunidade educativa, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre essas duas instituições (família-escola).” (p.28)

Entretanto, ao descrever o plano de ações no item 15, qual aponta para as ações que pretendem ser colocadas em prática ao longo do ano, mais uma vez, o PPP não adiciona a família, lembrando que esta poderia estar inserida neste plano, assim a responsabilidade não estaria necessariamente lançada apenas a escola e assim uma parceria poderia ser, de fato efetivada.

O item 16, totalmente voltado a articulação Família/ Escola retoma o entendimento da importância da participação da família em parceria com a instituição escolar na formação dos educandos afirmando que pode trazer benefícios para o comprometimento do processo de aprendizagem. Assim o PPP explicita que diante do objetivo de promover uma educação de qualidade e de aprimorar a vivência do cotidiano escolar a escola promove diferentes atividades articuladas com a comunidade. São promovidos “eventos esportivos, seminários, palestras, encontros, exposições, reuniões, campanhas de cunho social, comemorações

cívicas e sociais, com vistas a despertar nos educandos o prazer de estar na escola.” (p. 35).

Essa visão leva a escola a manter projetos nos quais envolvem a comunidade, normalmente a escola é aberta a todos e é desenvolvida por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Poço Fundo e comércio local.

Todas as atividades costumam ser divulgadas por meio do facebook, são também frequentes a presença da imprensa local e outras instituições.

Analisando tais atitudes poderíamos dizer que a escola vem se esforçando para efetivar uma gestão democrática e participativa, já que a tentativa de abertura da escola a comunidade seria um primeiro ponto ser repensado, todavia é preciso que outros pontos sejam revistos, assim como o envolvimento da família nos processos decisórios.

A elaboração do PPP deve envolver todos da comunidade a fim de que possam ser definidos os pontos a serem trabalhados para posteriores melhoras.

3 - CONSTRUÇÃO DO PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO: ALGUNS APONTAMENTOS

Tendo em vista a proposta de construção de um projeto político pedagógico (PPP), este foi elaborado pensando em pesquisadores que desenvolvem a temática, assim como a Lei vigente e o contexto escolar.

Para que o PPP pudesse ser construído foram necessários alguns estudos, como por exemplo, a busca pelo significado de currículo escolar. Diante de tal ideia busca-se compreender o que alguns autores vêm debatendo sobre a temática.

O currículo, por muito tempo visto simplesmente como conteúdos a serem desenvolvidos teve que ser repensado devido às novas demandas de formação integral do indivíduo. Assim sendo, o currículo passou a ser considerado ferramenta basilar para a organização do processo educacional. Deste modo, deve ser assumido por toda a comunidade escolar como peça chave para o desenvolvimento da aprendizagem, detalhe importante a ser considerado, já que ao pensarmos em aprendizagem estamos sugerindo uma educação de qualidade e para todos.

Todos esses apontamentos, importantes para pensar o currículo foram apontados no PPP construído de modo a embasar as ideias defendidas por ele.

Sacristan (2000; p.38), defende que o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Desta forma, podemos afirmar que este é um meio de organizar e avaliar as práticas educativas a serem desenvolvidas.

Althusser (1983), também possibilitou o entendimento de currículo, visto que este historicamente pode ser compreendido como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, o que pode variar conforme a concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, todos esses detalhes referem-se a concepção dos envolvidos no processo de construção e efetivação de cada currículo.

É a partir daí que se torna importante o embasamento em documentos como a LDB, pois a escola tem a autonomia para direcionar seu projeto, todavia, existem pontos em comum a serem mantidos e priorizados, os quais garantem uma educação de qualidade.

Levando em consideração tal concepção, o currículo construído, assim como o vigente na Escola Estadual José Bonifácio é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Sendo assim, toda a proposta curricular, assim como os direitos e deveres das crianças e adolescentes estão embasados em leis estaduais, federal e resoluções. Todo esse cuidado permite que os educandos sejam atendidos de forma democrática, pensando no bem comum, na aprendizagem efetiva e de qualidade.

Portanto, toda a estrutura organizacional, tempo, espaço, processo de enturmação, entre outros, respeitam uma base comum, a qual é definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Quanto aos processos de decisão, pensamos que este é aqui um ponto muito importante a ser evidenciado, já que está muito voltado a temática discutida, ponto que foi bastante ponderado na construção da proposta PPP, que está falho no projeto da escola.

Lembrando que, mediante a autonomia quanto aos processos decisórios em mãos da escola, aponta-se para a importância de que todos os profissionais participem, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

Deste modo, a participação deverá ser constituída por meio de reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

Freire (2012, p. 12) nos ajuda a pensar tal participação já que ele afirma que tudo que puder ser feito no sentido de convocar aqueles que vivem em torno da escola e dentro dela no sentido da participação e de tomar em mãos um pouco do destino dessa é pouco ao se pensar na imensidão do trabalho que temos adiante ao se refletir no desafio que assumimos em relação a um país democrático.

Concluído, as observações nos levam a compreender que a E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolvendo toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Posto isso, durante a construção do projeto, foi discorrido as considerações realizadas atualmente sobre a gestão democrática, apontando sobre a necessidade de se estabelecer uma relação entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões.

Também foi considerada a importância do Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa que conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participar das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Deste modo, o Conselho Escolar pode ser considerado grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Quanto aos pais e familiares -principal assunto a ser discutido neste trabalho- procurou ser discutido no PPP construído, entretanto, após uma segunda análise percebe-se que este ponto ainda ficou falho, já que a participação na escola não pode se resumir as reuniões de pais ou a eventos específicos, embora, tenha sido proposto atendimento diário aos pais e canais alternativos como um perfil no *facebook*, *e-mail* e telefone. Deve-se levar em conta que as estratégias apontadas

tratam-se de pontos iniciais, portanto, a participação que a gestão democrática defende vai um pouco além, é preciso haver participação efetiva nos processos decisórios e na concretização destes.

A implementação de um Grêmio Estudantil que busca a preparação de jovens para a cidadania e para a aproximação das decisões tomadas na escola pode também ser considerada uma atitude que possa trazer uma aproximação da família/ escola, pois poderá levar os alunos a perceberem uma responsabilidade relacionada a aprendizagem e conseqüentemente nas ações direcionadas a ela.

A escolha de gestor e vice gestor é também explicitada no PPP construído, a qual ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor em que toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado. Lembrando que muitos pesquisadores defendem a escolha do diretor como um primeiro passo para a democratização do ensino.

A avaliação geral sobre o que vem sendo executado, como apontado no PPP, ocorrem principalmente no “Dia D” que acontece uma vez por ano. Nessa avaliação pais e/ou responsáveis respondem um questionário sobre suas observações em relação aos principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Quanto às relações que envolvem a participação dos alunos, sobretudo os menores, foram apontados como negligenciada, deste modo sugere-se que possam ser elaboradas alternativas para que tal questão seja resolvida.

De acordo com Libâneo; Oliveira e Toschi (2011) as práticas de gestão democrática incluem a participação dos alunos na vida da escola. Além de razões pedagógicas há também questões sociais e culturais. Para Gómez (2000 apud LIBÂNEO; OLIVEIRA E TOSCHI, p. 389, 2011)

“os alunos aprendem democracia vivendo e construindo sua comunidade democrática de aprendizagem e de vida” aprendendo a pensar e atuar por meio dos conteúdos escolares que lhes permitam transformar seu próprio pensamento e seus comportamentos.

Ao que se refere às relações de trabalho, ponto importante ao se pensar na gestão democrática e na participação, essas foram fortemente apontadas no PPP construído.

Levando em consideração que a E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidas ética e democraticamente.

Deste modo, cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Logo, as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

Foram sugeridas algumas regras de convivência (item 16, p.23), tendo em vista manter os direitos e deveres de cada indivíduo inserido nesse meio e favorecendo a participação de todos nos processos decisórios visando à democracia.

Um fator imprescindível para uma gestão democrática está nos meios de avaliação utilizados, a escola demonstra que este fator está sendo bem desenvolvido já que avaliação na instituição é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

Em relação a esse item compreende-se que a avaliação não é simplesmente indicada para verificação de resultados, mas também para esboçar intervenções contribuindo para melhorias da prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

Como nos afirma Gerard e Roegers (2011 apud MIGUEL, J. F. et al. P. 56).

a avaliação é indissociável do desenvolvimento curricular, pois se por um lado, os resultados das ações desenvolvidas pela primeira servem de subsídios para as opções realizadas pelo segundo, por outro lado as opções realizadas pelo desenvolvimento curricular podem fundamentar um processo avaliativo nos quais os resultados servem para dimensionar os níveis de aprendizagem a partir de tais opções.

Deste modo, ainda conforme a obra dos autores citados a relação no cotidiano escolar é fundamental, uma vez que o resultado desse processo acaba por indicar o direcionamento dado ao currículo, conseqüentemente, ao processo de ensino aprendizagem construído na escola.

Conclui-se que a verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma é importante dizer que é constante a necessidade de uma avaliação da escola, envolvendo assim o PPP, os processos organizacionais, pedagógicos e administrativos a fim de aferir a qualidade do ensino e a concretização de metas delineadas pela escola.

O trabalho aqui proposto buscou trazer apontamentos conceituais a prática vivenciada na escola, concluindo que embora a escola esteja caminhando para a efetivação de uma participação democrática há ainda uma grande necessidade de melhoria na participação e envolvimento da família na escola, que por vezes ainda de forma equivocada somente comparecem quando solicitadas.

Nota-se ainda a necessidade de criar estratégias que visem a autonomia dos alunos, os quais de acordo com Gomez (2000 apud LIBÂNEO; OLIVEIRA E TOSCHI, p.389, 2011) devem participar ativamente envolvendo-se nas elaboração e no desenvolvimento das decisões que dizem respeito a sua vida na escola a partir da vivência de práticas de reflexão e de atuação, do debate e do confronto de opiniões respeitando as individualidades dos sujeitos.

Ainda existe uma comunicação falha ao sem pensar na relação Escola/Aluno, Escola/Família e avaliação da aprendizagem. Embora o processo de participação e democratização já esteja sendo revisto na escola ainda há um longo caminho a ser percorrido. É necessário um fortalecimento das relações existentes neste espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: janeiro de 2015.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **A atuação do pedagogo na gestão democrática da escola pública**: a participação da comunidade como um desafio. IX Amped sul, 2012. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_29_01_1995-6518-1-PB.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino**. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis : Vozes, 2005.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Desenvolvendo ações e competências profissionais para as práticas de gestão participativa e de gestão da participação**. Educação escolar: Políticas Estrutura e organização. 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MIGUEL, Jéssica Faria; GONÇALVES, Renata de Fatima; SOUTO, Nilton Luiz; FELÍCIO; Helena Maria dos Santos. **A relação entre currículo e Avaliação**. In: Ribeiro, F. A. et.al. (Org). Educação e os processos de Formação Interdisciplinar: diálogos entre docência e pesquisa. 1. Ed.- Curitiba, Pr: CRV, 2013.

PARENTE, Maria Neusa Pereira de Miranda; CARMO, Sônia Batista Ferreira do. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO FAMÍLIA NA ESCOLA. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/uft/file.php/1/moddata/data/850/1115/2194/artigo_final_Sonia_e_Neusa.doc
moodle3.mec.gov.br
moodle3.mec.gov.br

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.

_____. **Artigos sobre administração escolar**. Disponível em:<http://www.vitorparo.com.br/index.php/en/>, acesso em 20 de janeiro de 2013.

SCHIABEL, Daniela; ANJOS, Lucélia Carla; SOUTO, Nilton Luiz; FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. **A relação entre currículo e projeto político pedagógico no**

cotidiano escolar. In____ Ribeiro, F. A. et.al (Org.). Educação e os processos de Formação Interdisciplinar: diálogos entre docência e pesquisa. 1. Ed.- Curitiba, Pr: CRV, 2013.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> acessado em 20 de janeiro de 2015.

_____. Conselho escolar e projeto político pedagógico. Papyrus Editora, 2006.



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO

ERIVELTON GIOVANI RAMOS

FABIO BRAZIER

LILIANE CARVALHO PEREIRA

ROSANA MARA GONÇALVES

BELO HORIZONTE, 2014

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. FINALIDADES DA ESCOLA.....	5
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
4. CURRÍCULO E TEMPO ESCOLAR.....	10
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	23
7. AVALIAÇÃO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXOS.....	36

1-INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas. Em 2013, foi selecionada como Escola Destaque Regional pela Superintendência Regional de Ensino de Varginha.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, uma vez que foi construído coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. Evidencia o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, a efetivação de práticas inclusivas, do trabalho coletivo e construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação.

A missão e visão da escola expostas no PPP respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno.

Os princípios, as formas de organização e o currículo da escola que constam do PPP são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e afins, sempre de encontro aos anseios da comunidade.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que aliados aos projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas,

enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

“O projeto da Escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e seu tempo-espaço, isto é, contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI, 1998, p.18).

Assim, o PPP da E. E. José Bonifácio traduz os objetivos, intenções, ideais e aspirações da comunidade escolar e busca concretizar uma gestão democrática e participativa, articula-se aos diversos projetos da sala de aula, aos espaços e tecnologias disponíveis, agregando alunos, professores, servidores, gestores, pais e comunidade, representa o contexto escolar, sua utopia e ousadia.

2- FINALIDADES DA ESCOLA

A educação configura-se como um direito inalienável do ser humano e um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo também considerada como um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010.

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados perfazendo 28 turmas e oferecendo o Projeto Educação em Tempo Integral.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. A missão e visão da escola respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação, enquanto “direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo” (Cury, 2005, p. 17).

Consonante à visão de “ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam”, a escola tem a missão de “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade”.

Assim, o aluno, sujeito do processo educativo, é o foco e a finalidade maior da escola, e esta enquanto disseminadora de conhecimentos historicamente acumulados e produzidos deve assegurar a apropriação, construção e reconstrução dos saberes pelo aluno, sua formação geral e para o exercício da cidadania, além da preparação tecnológica e para o mercado de trabalho, intervindo criticamente e solidariamente no meio em que vive.

A E.E. José Bonifácio apresenta como escopo promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão que oportunizem a aprendizagem significativa formando cidadãos criativos, críticos,

éticos, participativos e solidários, que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade.

Os princípios, a organização e o currículo da escola são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente, rege-se pela legislação do Estado de Minas Gerais, uma vez que está subordinada a esta esfera, considerando também a realidade local e os anseios da comunidade. A Escola Estadual José Bonifácio assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É evidente o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, na efetivação de práticas inclusivas e na construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação e na efetivação do direito do aluno de aprender, se desenvolver plenamente e ter uma educação de qualidade para o exercício da cidadania e sua emancipação.

Em suma, a construção do Projeto Político Pedagógico traduz os interesses e anseios da comunidade escolar da E.E. José Bonifácio, que busca assegurar e concretizar uma educação de qualidade para todos e uma gestão democrática e participativa integrando escola e comunidade, ressignificando e intervindo no contexto em que está inserida e fazendo a diferença na vida dos alunos, ancorados por sua utopia e ousadia.

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

A estrutura organizacional e o processo de gestão constituem o conjunto de condições, normas, diretrizes e medidas necessárias para assegurar o bom funcionamento da escola, de modo a alcançar as finalidades e objetivos educacionais esperados. Segundo Libâneo (2012, p. 472), a organização geral do trabalho “refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais e à eficácia na utilização desses recursos e meios de trabalho”.

“É importante compreender que por detrás do estilo e das práticas de organização e gestão, está uma cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A Escola Estadual José Bonifácio está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular. Apresenta uma base comum e uma parte diversificada, atendendo, dessa forma, às exigências da comunidade escolar local. No tocante a parte administrativa, além dos recursos governamentais a escola conta com recursos diretamente arrecadados, provenientes da iniciativa da comunidade escolar e dos servidores da escola, com destaque para a Festa Junina que este ano de 2014 arrecadou cerca de R\$ 8.000,00 e que futuramente será discutida com o Colegiado, servidores e membros da comunidade escolar a melhor forma de investir estes recursos na escola. Outros recursos para projetos e viagens (equipe de judô, Banda Marcial) são arrecadados com o empresariado local e “Amigos da Escola”, a Prefeitura Municipal sempre fornece ônibus para transporte dos alunos para os projetos acima citados e para viagens pedagógicas de curta distância (até 100 km).

O quadro de pessoal da escola é composto pela equipe gestora, formada pela diretora e vice-diretor, 1 secretária, 6 assistentes técnicos, 11 auxiliares de serviços gerais, 3 especialistas, 2 professores para o ensino do uso da biblioteca, 6 professores eventuais, 1 professor da sala de recursos, 1 professora eventual, 1 professor de música e 47 professores corpo docente do 1º ao 9º ano.

Para auxiliar o trabalho pedagógico, a escola dispõe de uma boa estrutura física, de materiais e equipamentos para os serviços de apoio pedagógico e atividades complementares: 1 biblioteca com acervo de milhares de livros, 1 laboratório de ciências completo (microscópio, lupa eletrônica, estufa, vidraria, reagentes, etc), 2 lunetas, 1 laboratório de informática, 1 sala ecológica, 1 sala ambiental, 1 horta orgânica, 2 lousas digitais, 3 data show, 1 retroprojetor, 3

notebooks, 1 Tablet, 5 televisores, 3 aparelhos de DVDs, acervo de filmes e documentários, 5 mini system, 1 som profissional para apresentações, jogos de xadrez, 1 sala de recursos com 3 computadores adaptados a alunos com deficiência, 1 sala de multimeios (judô, música, teatro), 1 parque infantil, 1 horta orgânica, 1 casa de bonecas, 1 rádio educativa, 2 quadras esportivas (sendo 1 oficial e coberta), material esportivo completo (Futsal, Judô, Vôlei, Handball, Badminton, etc.), 2 mesas de ping-pong, jogos para Recreio Monitorado, dezenas de instrumentos musicais para Banda Marcial, 5 violões, 1 tatame, 100 quimonos, acervo completo de mapas (históricos, geográficos e de ciências), 1 globo geográfico, material dourado completo, 1 modelo de esqueleto, modelos anatômicos do corpo humano, 1 aquário de peixes, entre outros que aliados aos projetos interdisciplinares, enriquecem e dinamizam o currículo e a prática pedagógica.

Enquanto escola estadual é mantida basicamente com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Educação, por meio de termos de compromisso à Caixa Escolar e recurso complementar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conta com serviços pedagógicos, os quais são coordenados por pedagogos que exercem o papel de articuladores do trabalho pedagógico da Escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Para tanto, a escola oferta o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Tempo Integral, procurando, conforme o art. 22 da LDB (1996) "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta atualmente com 702 alunos matriculados, perfazendo um total de 27 turmas, sendo assim distribuídas:

1º ano: 48 alunos divididos em 2 turmas (uma com 23 e outra com 25 alunos), turno vespertino, 2 educadores e 1 professor de apoio.

2º ano: 37 alunos divididos em 2 turmas (uma com 18 e outra com 19 alunos),turno vespertino, 2 educadores.

3º ano: 56 alunos divididos em 3 turmas (19, 17 e 20), turno vespertino, 3 educadores, 1 professor de apoio.

4º ano: 63 alunos divididos em 3 turmas (20,20 e 23), turnos vespertino e matutino, 1 educadores por turma, 1 professor de apoio.

5º ano: 60 alunos divididos em 3 turmas (24, 21 e 15), turno matutino, 3 educadores que se revezam nas turmas (Geografia/História, Língua Portuguesa e Matemática).

6º ano: 122 alunos divididos em 4 turmas (32 e 34, turno matutino e 22 e 23, turno vespertino) 8 educadores por turma e 2 professores de apoio.

7º ano: 115 alunos divididos em 4 turmas (32 e 34 alunos no turno matutino e 22 e 23 no turno vespertino), 8 educadores por turma e 1 professor de apoio.

8º ano: 98 alunos divididos em 3 turmas (com 35, 30 e 33 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

9º ano: 82 alunos divididos em 3 turmas (com 28, 19 e 35 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

Obs.: Os professores de apoio são para acompanhar os alunos com necessidades especiais.

Na parte pedagógica, ressalta-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o Facebook da Escola, a Banda Marcial, os "60 planos", feiras, exposições, palestras, festival de poesias, festa junina, campeonato de judô são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

São realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas com todos os educadores onde são discutidas estratégias pedagógicas, projetos interdisciplinares, planos de ação imediata e pactuação de metas futuras.

4 - CURRÍCULO

Durante muito tempo a ideia de currículo esteve apenas associada à ideia de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos por uma instituição escolar a um determinado grupo de educandos, porém com as mudanças ocorridas na sociedade e a constante demanda cada vez maior por uma escola que forme para a vida, pode-se dizer que o currículo hoje deve ser concebido como uma ferramenta estruturadora de todo o processo escolar, devendo ser visto por todos os educadores, alunos e todos os envolvidos no processo escolar como uma “peça chave” do processo de ensino aprendizagem.

Para Sacristan (2000; p.38),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Segundo Althusser (1983), historicamente o currículo pode ser visto como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, dependendo da concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, bem como uma ferramenta emancipatória, cabendo à decisão a ser tomada pelos envolvidos no processo de construção de cada currículo.

Nesse sentido também diz Moreira (1998; p. 14) “A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos de forma progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

Diante disso, cabe à escola compreender o currículo através das sistematizações das experiências dos alunos, dos educadores e de toda a comunidade envolvida, de modo que se possa dar significado e sentido à tradição cultural existente, a reflexão do contexto social, pois esse mecanismo de aprendizagem distribui o conhecimento concreto, real e crítico, possibilitando que os envolvidos se tornam protagonistas do processo educacional.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele, intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000; p 109).

Tendo esta concepção, o currículo da Escola Estadual José Bonifácio de Ensino Fundamental é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino aprendizagem tem ênfase prioritária e assume compromisso de formação de seres humanos aliado à transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola. Visa à construção de uma proposta pedagógica fundamentada em ações interdisciplinares que articulem o conhecimento científico e os saberes locais dos sujeitos, propondo uma aprendizagem significativa para todos.

Nesse contexto, os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade. Especificamente Ética trabalha juntamente com História, analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já a Matemática, interage com a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise através do raciocínio lógico e abstrato, em relação ao cosmo individual e universal. E, como forma expressiva, formativa e cultural, a Redação, a Língua Estrangeira e a Literatura fecham o leque em termos complementativos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os quadros curriculares da Escola José Bonifácio está organizado da seguinte forma:



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGAR FERREIRA, 124
CENTRO3283-1200
37757000

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS												
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	Linguagens	LÍNGUA PORTUGUESA	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR			
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.
			7	280:00	7	280:00	8	320:00	5	200:00	5	200:00
		ARTE	2	80:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
		ED FÍSICA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		GEOGRAFIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		ENSINO RELIGIOSO	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00
		MATEMÁTICA	6	240:00	6	240:00	5	200:00	5	200:00	5	200:00
PARTE DIVERSIFICADA		JORNALISMO		0:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
TOTAL:			20	800:00	20	800:00	20	800:00	20	800:00	20	800:00

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	1:00

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa
Diretora
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG
Data 24/03/14
Assinatura

SRE - VARGINHA
DATA: 24/03/14
CIENTE: Daniel

M^{te} Beatriz Andrade Costa Pereira
Inspetora Escolar
MASP 290923-2



EE JOSÉ BONIFÁCIO

2014

R PREF EDGAR FERREIRA, 124
CENTRO3283-1200
37757000

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS										
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	Linguagens	LÍNGUA PORTUGUESA	CICLO INTERMEDIÁRIO						CICLO DA CONSOLIDAÇÃO	
			6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.
			6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00
		ARTE		0:00		0:00	1	33:20		0:00
		ED FÍSICA	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		GEOGRAFIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		ENSINO RELIGIOSO	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
		MATEMÁTICA	6	200:00	6	200:00	5	166:40	6	200:00
PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS	INGLÊS	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20
				0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00
				0:00		0:00		0:00		0:00
TOTAL:			25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	0:50

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

Rita de Cássia S. da Costa
Diretora
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

Aprovado pelo Colegiado
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG
Data 24/03/14
Assinatura

SRE - VARGINHA
DATA: 24/03/14
CIENTE: Daniel

M^{te} Beatriz Andrade Costa Pereira
Inspetora Escolar
MASP 290923-2

Nesse sentido, evidencia-se que os conteúdos curriculares da Educação Básica da Escola Estadual José Bonifácio observam as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Currículo da escola abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte e a Educação Física constituem-se em componentes curriculares obrigatórias, nos níveis da educação básica, a intenção de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana, asiática e europeia. Além disso, a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas permearão todo processo educativo de acordo com a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/03, Lei 11645/08; Res. SEE. Nº1159/08, de 16/07/08 em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras nos currículos do ensino fundamental.

Ainda, o estudo da língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades comunicativas de falar, ouvir, ler e escrever. Assim, na parte diversificada do Currículo está incluída, obrigatoriamente, a Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. De matrícula facultativa, o Ensino Religioso, constitui disciplina dos horários normais do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Já o Ensino da Música encontra-se de acordo com a Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado aos conteúdos de Arte, nos currículos do Ensino Fundamental.

É importante ainda salientar que os direitos e deveres das Crianças e dos Adolescentes, estão garantidos em conformidade com a Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/07 e Res. SEE Nº 1307/09, de 27/03/09, encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental. O uso de drogas e dependência química, conforme reza a Lei Estadual Nº 13.411/99, de 22/12/99; o Decreto Estadual Nº 41.168, de 06/07/00 e a Resolução Conjunta SEE/SES Nº 01/01, de 23/02/01, integra os conteúdos de Ciências nos currículos do ensino fundamental. Ainda, assuntos relacionados com a

higiene bucal, conforme dispõe a Lei Estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integram o conteúdo de Ciências do ensino fundamental.

Já a preparação básica para o trabalho e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, educação para o trânsito e vida familiar e social) são oferecidos e articulados nas áreas de conhecimento do ensino fundamental. A educação para o consumo, de acordo com a Lei Estadual Nº 12.900/98, de 24/06/98 e a educação ambiental, conforme a Lei Federal Nº 9.795/99, de 27/04/99, como temas transversais, são trabalhados nas diversas componentes curriculares do ensino fundamental.

Embora alguns dos temas transversais, quais sejam, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo sejam desenvolvidos de forma mais abrangente nas áreas referidas às ciências naturais, são igualmente trabalhados de forma contínua e integrada em todos os componentes curriculares dos currículos do ensino fundamental.

Dentre as estratégias curriculares adotadas pela instituição, destaca-se a participação no Projeto Escolas-Referência que efetivamente desenvolve as ações como: GDPEAS (Grupo de Desenvolvimento Profissional do PEAS - Educação Afetivo-Sexual), que servem de pilares para a execução do PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional), implantado a partir de 2005/2006, com o objetivo de resgatar a excelência da educação pública no Estado de MG. Assim sendo, busca-se a construção de uma proposta pedagógica em que a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de projetos interdisciplinares possibilite atingir uma aprendizagem significativa.

Ressalte-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o facebook da Escola, a Banda Marcial, feiras, exposições, palestras, festival de poesias, são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade

sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

Nesse sentido, a escola visa desenvolver a educação plena de seu educando, através de um currículo compromissado com a transformação social, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação integral do educando, flexível em relação aos conceitos e ressignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; e também possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico, contemplar atividades criativas, interativas e transdisciplinares fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo. Para isso busca desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação e a auto descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos, tudo isso através de um currículo construído pela coletividade e que é compreendido como respostas aos anseios de uma comunidade.

4.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Em uma escola a organização do tempo é primordial. O calendário escolar é essencial para a construção da organização do currículo escolar. É necessário saber quantas horas cada professor tem para se dedicar a sua aula, quando será feriado, o período de férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares e pedagógicas.

O professor também precisa de tempo para conhecer seus alunos, participar de formação continuada, preparar suas aulas, diários e avaliações. O estudante também precisa de tempo para estudar e se organizar.

A coletividade prevalece na elaboração do planejamento pedagógico e dos projetos escolares. Estes, de acordo com suas necessidades e características, são discutidos hora, por todos os professores nas reuniões conjuntas, hora realizadas

em grupos de estudos pré-definidos (por área de ensino, série, etc.) para que só depois sejam discutidos e finalizados nas reuniões citadas acima.

O Planejamento deve ser feito por cada professor diariamente de acordo com os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), tomando por princípio que cada aula deve ser avaliada e repensada em sua plenitude. As reuniões pedagógicas semanais oferecem a oportunidade dos professores desenvolver o intercâmbio com outras disciplinas e também desenvolvam as ações que serão implementadas durante o bimestre, semestre e ano letivo.

A E. E. José Bonifácio tem a sua Educação Básica organizada em ciclos: Ciclo de Alfabetização com 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano; Ciclo Complementar com 4º Ano e 5º Ano; e Anos Finais do 6º ao 9º Ano.

Em sua carga horária, o calendário consta de 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas anuais, 4 (quatro) horas aula/diária, 2 (duas) horas semanais – reunião módulo II e horas de atividades extraclasse.

Os critérios de enturmação levam em conta a idade, sendo as turmas formadas com 25 alunos nos anos iniciais e nos anos finais com uma média de 30 alunos. Esta enturmação tem como um dos princípios norteadores, salas heterogêneas, o que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e político dos educandos, fazendo assim, valer a legalidade e a modalidade da inclusão e da educação de qualidade. Já a reenturmação ao longo do ano é realizada sempre que necessário, garantindo o sucesso do aluno.

A divisão da organização escolar em ciclos se deu em 1984, com a implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, CBA, no Estado de São Paulo. Para compreendê-los melhor Mainardes (2007), esclarece

Pelo fato de ser a primeira experiência de organização da escola em ciclos implementada em larga escala e de ter sido bastante explorado em pesquisas oficiais acadêmicas, O Ciclo Básico de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os demais anos do Ensino Fundamental nos anos de 1990, bem como para a incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996 (MAINARDES, 2007, p. 69).

A escola dispõe de excelente espaço físico o que contribui para a otimização da organização espacial da mesma. A escola crê na necessidade de se redefinir a utilização e as características físicas do espaço para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Assim utiliza todas as dependências da escola para a realização deste processo: 1 almoxarifado; 1 Área de Serviço; 1 Biblioteca; 6 áreas

de circulação interna adaptada para deficiente; 1 coletor de lixo seletivo; 1 cozinha completa; 1 depósito de material de limpeza; 1 despensa; 1 diretoria; 1 Laboratório de Ciências; 1 Laboratório de Informática; 1 Parque Infantil; 1 quadra de esportes coberta; 1 quadra de esportes descoberta; 1 refeitório; 16 salas de aula (13 com acesso para cadeirantes); 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para professor; Sala de recursos multifuncionais; 1 sala de Multimeios (Judô, Música, etc); 1 Sala Ecológica; 1 Sala Ambiental; 1 Horta Orgânica; 1 Casinha de Bonecas.

É importante fazer da organização espacial um ato pedagógico. O espaço escolar é utilizado para leitura de histórias, brincadeiras dirigidas, atividades esportivas, assistir desenhos e documentários, observações e conversas informais. O espaço dentro da sala é bem aproveitado com cantinhos de atividades diversificadas e leitura, carteiras agrupadas, uso das paredes, murais e varais.

Considera-se que o ensino deve ser uma atividade, eminentemente interpessoal, de encontros e trocas de experiências, e que, a educação afetiva deve caminhar paralelamente à educação intelectual.

Sendo assim, devemos promover a interação, enfatizando: leitura, pesquisa e o trabalho em grupo, garantindo ainda um clima propício à elevação da auto estima do aluno, favorecendo o seu sucesso na escola.

O planejamento bimestral dos conteúdos trabalhados são programados de forma contextualizada e interdisciplinar de cada série com auxílio do currículo integrado.

Atividades que a escola utiliza para complementar a prática pedagógica:

- intercâmbio cultural através de visitas às indústrias, escolas, centros culturais, supermercados...
- aulas de campo (plantio de árvores e limpeza da mata fruteira à escola)
- participação em campanhas contra a Dengue a AIDS, Reciclagem do lixo;
- participação em comemorações de datas cívicas;
- excursões;
- participação em gincanas culturais;
- participação em concursos regionais e municipais e estaduais;
- Olimpíadas da Língua Portuguesa, Matemática, etc.

Outro ponto que merece destaque na E. E. José Bonifácio é a Educação Integral, pois através de uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e

culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país.

No decorrer da última década, foi implantado o Projeto Educação em Tempo Integral, nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas (na) pela escola, inclusive por meio de parcerias, a E. E. José Bonifácio proporciona a seus alunos a oportunidade de participar deste projeto. Os resultados esperados são a ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos (ensino fundamental e médio) que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, como descreve o Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral desenvolvido pela Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais:

“A escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades. No desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos, mas é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras das crianças e jovens na contemporaneidade. A escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido.”

Os critérios para adesão ao projeto são o desejo da comunidade escolar, a implantação do Projeto Educação em Tempo Integral na escola e o fato da escola ter condições de (re)organizar seus espaços e buscar outros, além dos muros da escola, dentro da perspectiva da cidade educadora. Ou seja, a escola deve ser capaz de articular parcerias dentre as quais podemos destacar: poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas) dentro e fora do seu território educativo, de forma interinstitucional.

O Projeto Educação em Tempo Integral deve ser desenvolvido, prioritariamente, por escolas e alunos em situação de vulnerabilidade: em distorção idade-ano; onde houver necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); beneficiários do Programa Bolsa Família; abuso, violência e trabalho infantil; com baixo rendimento escolar.

O Projeto Educação em Tempo Integral tem carga horária, diária, assistida pelos professores de 5h, sendo 04h10min de atividades educativas e 50min destinada ao almoço.

A inclusão tem sido a marca da educação nesta década, o grande foco das políticas públicas e ações educativas, buscando sempre o benefício da educação para todos.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25)

Quanto à inclusão e partindo da reflexão segundo Edler Carvalho:

“A inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento de educação especial, pois se impõem como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.” (CARVALHO, 2004, p.45).

A E. E. José Bonifácio possui Sala de Recursos com profissional especializada em Educação Especial, para atendimento aos alunos em dois turnos alternados (matutino/vespertino). Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades de cada aluno. A sala conta com computadores adaptados (teclado “colmeia”, movimentos por câmera, sons, etc.), Material Dourado, Jogos Educativos, Material Braille, entre outros instrumentos para facilitar o trabalho com alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão social, o respeito as diversidades são hoje um dos pré-requisitos de uma escola democrática. Além da estrutura ofertada pela SEE e pelo Governo Federal, a educação inclusiva na E. E. José Bonifácio é desenvolvida também com a colaboração da sociedade civil, da Secretaria Municipal de Educação (transporte individual quando necessário) e de ONGs (Unidos Pela Inclusão). Além do apoio da sociedade, governos e ONGs, o sucesso da inclusão escolar depende de professores cada vez mais bem capacitados e dinâmicos.

A cada ano contamos com o ingresso de mais alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social, o respeito às diversidades são um

processo e a escola contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, que fazem toda a diferença.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

A escola possuindo autonomia no processo decisório, os profissionais devem participar, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

A participação dos profissionais dar-se-á através das reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”
(FREIRE, 2002, p. 32)

Na E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Para uma gestão democrática é essencial a relação estabelecida entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões que acontecem semanalmente com duração de 2 horas.

O Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participa das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Ou seja, a escola vê o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Os pais e familiares são convidados a participar das reuniões de “pais e responsáveis” nos finais de cada bimestre letivo, assim como para todos os eventos que ocorrem na escola no decorrer do ano. Os pais e/ou responsáveis também possuem um canal de atendimento diário na escola, sejam recebidos pela própria gestora, seja pelo vice-diretor e supervisores. Também existem os canais alternativos de comunicação que são *e-mail*, telefone e até um perfil da Escola na rede social *Facebook*.

Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, e não deve basear-se apenas em laços de amizade entre pessoas da escola e da instituição, para que o acordo não se enfraqueça se os atores principais da entidade parceira forem mudados. A José Bonifácio conta com parceria tanto com órgãos públicos – Prefeitura Municipal, através de sua várias Secretarias, SRE e SEE, como empresariado e sociedade civil.

Um ponto ainda desejável é a implementação de um Grêmio Estudantil, preparando nossos jovens para a cidadania e aproximando-os das decisões tomadas na escola.

A escolha de dirigente escolar ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor, onde toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado.

Quanto as avaliações dos serviços escolares são feitas principalmente no “Dia D” que ocorrem uma vez por ano. Os pais e/ou responsáveis respondem um

questionário sobre suas observações sobre os principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Sem dúvida, as relações envolvendo a participação dos alunos percebe-se que ainda tem sido uma das mais negligenciadas, sobretudo se considerarmos as crianças pequenas, ainda precisa ser elaboradas formas efetivas de participação de nossos alunos.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

“O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades.” (Arendt, 2001, p. 212)

Na E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidos ética e democraticamente.

Cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Na E. E. José Bonifácio as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos

positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

6.1- CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA.

- Estar sempre aberto ao diálogo.
- Facilitar o fluxo de comunicação cultivando a objetividade, a clareza e a transparência; não sonogando informações que enriqueçam o grupo;
- Incentivar o intercâmbio entre colegas, desbloqueando possíveis barreiras, articulando com perspicácia todas as forças de crescimento presentes no grupo em benefício de todo.
- Promover constantemente a revisão curricular de forma participativa.
- Pensar e refletir sobre a sua ação.
- Manter o sigilo nas questões profissionais, quando necessário.
- Facilitar ação integrada com os demais serviços.
- Levar em consideração as decisões do grupo como significativas de desempenho de sua ação.
- Participar da elaboração, aprofundamento e aplicação da filosofia da escola, do regimento, da proposta pedagógica, de forma dinâmica e co-responsável.
- Estudar e seguir a legislação, percebendo sempre suas mudanças e adequando-a, segundo a realidade da escola.
- Fazer constantemente a leitura da realidade para trabalhar com base na mesma, mantendo uma atitude científica em relação ao seu trabalhar.
- Estar aberto a inovações construtivas, incentivando e apoiando mudanças significativas na escola.
- Manter-se atualizado e dinamizar o aperfeiçoamento contínuo.
- Cultivar uma postura constante de quem ensina e aprende.
- Organizar o próprio trabalho, considerando como essencial o respeito e incentivando a ética entre os educadores.
- Ser imparcial no atendimento às pessoas.
- Dignificar e valorizar a profissão exercendo-a e honrando seus compromissos com a coletividade a que serve.
- Exercer suas atividades com habilidade, mantendo em alto nível o relacionamento humano e o clima organizacional da escola.

- Intensificar o relacionamento da escola com a comunidade, realizando um trabalho integrado com os demais órgãos afins e participando intensamente das atividades gerais da escola.
- Respeitar o servidor como pessoa, auxiliando-o em seus problemas e estimulando-o a desenvolver suas habilidades.
- Aceitar sugestões, dos servidores incentivando-os a exporem e defenderem seus pontos de vista.
- Participar do conselho de classe, colaborando com iniciativas que visem criar estratégias educacionais.
- Por fim, queremos enfatizar a importância de que estes princípios sejam vivenciados de forma dinâmica, criativa e coerente para que o servidor seja realmente, na comunidade, um agente mobilizador de intercâmbio de valores; atitudes e ações favoráveis ao crescimento contínuo de todo processo político-pedagógico e educativo.

7- AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação da Aprendizagem do Aluno

Na E.E. José Bonifácio a avaliação é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

A avaliação enfatiza o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno, antes de tudo é um compromisso com a aprendizagem. “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desempenho positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p. 97).

É vista não apenas para indicar se houve ou não aprendizagem, mas também para traçar intervenções e redimensionar a prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

Nesse contexto, a aplicação de atividades avaliativas, testes ou provas e atribuição de notas incluem a análise, o mapeamento dos resultados e a definição de estratégias de intervenção, pois pretende uma avaliação em que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância.

“A avaliação, se for bem feita, deve nos apontar onde está o problema (dificuldade, limite, necessidade). O que desejamos é que através da avaliação possamos romper as camadas que tornam opacas, obscuras, a real problemática que vivemos na educação; que possamos ver além das aparências, das justificativas ideológicas, dos mascaramentos, e dos desvios da atenção” (VASCONCELLOS, 2009, p. 177).

Os instrumentos de avaliação são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do professor em relação ao aluno, em conformidade com o Art. 24, Inciso V da LDB (1996), que reza uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola utiliza procedimentos, recursos e instrumentos diversos, tais como trabalhos diversificados e orientados pelo professor, avaliações dissertativas, avaliações objetivas, questões dissertativas, exercícios variados, produções textuais, teatro, debates, trabalhos em grupo e individuais, entrevistas, questionários, observação do desempenho do aluno, autoavaliação, portfólio, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e equipe gestora para oferecer um ensino de qualidade.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as observações, as fichas descritivas e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas, são registradas no diário de classe dos professores. Nos anos finais a pontuação é disposta em 25 (vinte e cinco) pontos em cada uma das quatro etapas letivas, totalizando 100 (cem) pontos, registrados também no diário de classe.

Além disso, monitorias, estudos contínuos e periódicos de recuperação, reagrupamentos de alunos, indicação de profissionais para apoio aos alunos que requerem atendimento diferenciado e assistência direta na sala de aula ou extraclasse, individualmente ou em grupos, são algumas das ações que visam otimizar as situações de aprendizagem.

Vale destacar a participação da escola nas avaliações externas em larga escala, por meio de testes padronizados, dentre as quais as do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE que envolve o PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado nos alunos de 5º e 9º ano; e o PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Além do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), Provinha Brasil para 2º e 3º anos, Prova Brasil em

Língua Portuguesa e Matemática para turmas de 5º e 9º ano, fornecendo indicadores importantes para a escola e promovendo a responsabilização coletiva.

Anualmente, a direção, o corpo docente e os especialistas se reúnem para analisar os resultados das avaliações internas e externas, e elaborar o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) com a intenção de aprofundar a compreensão e apropriação dos resultados das avaliações para a definição de estratégias destinadas a melhoria do desempenho dos alunos e da prática pedagógica na escola. Dentre as estratégias do PIP para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos, podemos citar: análise e apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar; aplicação de avaliações diagnósticas nos alunos do 1º ao 5º ano com mapeamento dos resultados, reforço escolar, planejamento da intervenção pedagógica; projeto de alfabetização; projetos de incentivo ao hábito de leitura; aquisição de recursos pedagógicos; participação das famílias nos eventos e reuniões.

As avaliações permitem verificar a dimensão da produção do conhecimento e a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca da adequação necessária às características e necessidades dos alunos. Atentos à inclusão do aluno, as avaliações são redimensionadas a partir das discussões efetuadas durante reuniões pedagógicas, de acordo com os registros de acompanhamento dos alunos no processo de construção do conhecimento e suas características individuais.

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si só, é um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p. 180).

Em relação à promoção, a progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe, é considerado aprovado o aluno de 6º ao 9º ano do Ensino

Fundamental com aproveitamento final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão.

Ao aluno em progressão parcial deverão ser assegurados os estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso.

Quanto à retenção de alunos, poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio com média final inferior a 60 (sessenta) pontos em quatro ou mais conteúdos, incluindo-se nesse cômputo, as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial, depois de esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em sua Proposta Político Pedagógica e após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Também poderá ser retido o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, depois de oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

A Escola poderá proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior; por promoção na própria escola e avaliação independente da escolarização anterior. A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências e nível de desempenho.

A Escola procederá a reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. A reclassificação pode ser feita quando ocorrer por avanço, aceleração, transferência, indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino e déficit de frequência.

Somente o aluno que no final do ano letivo obtiver aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas poderá ser submetido à reclassificação por frequência, sendo avaliado em todas as disciplinas que constam da matriz curricular.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

Em suma, a E.E. José Bonifácio, valida sua prática pedagógica, avaliando, investigando e propondo intervenções eficazes, tendo em vista a melhor educação para todos.

“É a prática pedagógica que é bem sucedida, não a avaliação em si e por si. A avaliação, como investigação da qualidade da realidade (diagnóstico), simplesmente é a parceira que nos revela a qualidade dos resultados de nossa ação” (LUCKESI, 2014).

7.2. Avaliação Institucional

A avaliação da instituição deve ser feita pela comunidade à qual está inserida, coletando e refletindo sobre dados qualitativos e quantitativos que abrangem a estrutura e clima organizacional, gestão, PPP, rendimento escolar, alunos, professores, recursos físicos, materiais e informacionais, ações desenvolvidas e desempenho dos profissionais, visando a tomada de decisão e à qualidade da instituição e da educação por ela oferecida.

Nesse sentido, o Colegiado Escolar é consultado periodicamente sobre as questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa, refletindo e avaliando todas as dimensões do processo educativo, propondo melhorias.

Bimestralmente ocorrem reuniões em que os pais são informados sobre os resultados da escola, o desempenho dos alunos, refletindo e sugerindo estratégias para o sucesso escolar dos alunos. Anualmente acontece o “Dia D – Toda a Comunidade participando” no qual a comunidade escolar é informada sobre os resultados das avaliações externas e construção do Plano de Intervenção Pedagógica.

A escola também realiza bimestralmente as reuniões de Conselho de Classe/Ciclo para discutir e analisar os resultados, fatores internos e externos que interferem na aprendizagem do aluno e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Os pais são chamados para discutir ações e práticas escolares, o andamento e aproveitamento de cada aluno, num momento de trocas de experiências, vivências e apresentação das atividades do período.

Os alunos também participam da avaliação institucional por meio de entrevistas e questionários, suas opiniões são levadas em conta no processo tomada de decisão.

Anualmente os servidores efetivos são submetidos ao processo de avaliação de desempenho individual, de acordo com a legislação estadual, envolvendo os critérios de desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal, compromissos profissional e institucional e habilidades técnicas e profissionais, metas e ações para o período.

A avaliação institucional ocorre periodicamente pelos servidores, destacando pontos fortes, fragilidades, desafios, metas, compromissos e responsabilização. Dentre os aspectos abordados podemos citar: a aprendizagem do aluno, sua individualidade e ritmo; relações com a comunidade, desenvolvimento de um trabalho conjunto e integrado, parcerias com outros setores e outras instituições; elaboração e implementação de projetos; desempenho profissional: motivação, eficiência e qualidade do trabalho; desempenho administrativo: seriedade, compromisso, qualidade, gestão democrática e participativa, transparência; alimentação oferecida, levando-se em consideração o valor nutricional e a satisfação das crianças em suas necessidades; acesso, permanência e o percurso escolar do aluno; outros aspectos julgados oportunos, ao longo do ano.

Assim, podemos dizer que a avaliação institucional contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, na medida em favorece o aprimoramento profissional, o trabalho coletivo, o desenvolvimento institucional, sua eficácia e efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio, nos faz levantar indagações sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico assume enquanto instrumento essencial na mediação entre os objetivos que a escola deseja alcançar e a realidade atendida, ou seja, as reais necessidades dos alunos, perpassando por questões como: envolvimento dos diversos segmentos da escola de forma efetiva, políticas públicas educacionais e direitos educacionais.

Fica evidente, através do trabalho realizado que uma escola que pretende educar para a contemporaneidade, para as novas demandas da sociedade, precisa modificar e transformar o tempo todo, trazendo para o processo educativo a relação de interação com o diferente de forma a criar um processo de gestão democrática, no qual todos podem participar.

O presente Projeto Político Pedagógico, que ora foi desenvolvido e apresentado, é coerente com a realidade discutida na medida em que propõe práticas pedagógicas e políticas diversificadas, evidenciando as relações, contextos e propostas.

Contudo, percebe-se, através de sua construção que há uma grande necessidade de melhoria nas questões relacionadas ao envolvimento da família na escola, que por vezes somente comparecem quando convocadas, além da real necessidade de criar práticas que promovam uma maior autonomia dos alunos. A escola precisa aprender a "ouvir" mais os alunos, pois muitas decisões que são referentes a eles acabam sendo tomadas nas reuniões pedagógicas, somente pelo corpo docente, ou então diretamente pela equipe gestora. Além de questões que precisam ser reforçadas como: a formação continuada dos professores, o processo de Ensino e Avaliação, o que evidencia que há necessidade de uma intervenção na relação da gestão democrática e participação do aluno, pois embora o processo de participação já tenha começado a existir na escola, ainda há um longo caminho a se percorrer. É necessário um fortalecimento das relações pessoais, da formação continuada em serviço, dos aspectos motivacionais do corpo docente, que em virtude de políticas educacionais, sentem-se desvalorizados.

Outra questão que merece ser suscitada é a avaliação e os resultados educacionais, ensinar, aprender e avaliar são processos indissociáveis. Percebe-se que há uma preocupação da E.E. José Bonifácio em oferecer uma educação de qualidade, que os resultados são satisfatórios e que as metas são perseguidas.

No entanto, o que se percebe de maneira geral é que as escolas estão mais focadas nos resultados de testes padronizados e na concepção das avaliações externas, do que no processo de aprendizagem, na prática da avaliação diagnóstica e emancipatória, do que voltadas para o desempenho escolar e para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. Há uma pressão política e social por notas mais altas que se confunde com qualidade, cobrando da escola que melhore suas médias nas avaliações externas sem levar em conta os intervenientes e a garantia dos insumos necessários e as demais dimensões como o ambiente educacional, sua prática pedagógica, as expectativas de aprendizagem, a autoavaliação, a gestão escolar, a organização do trabalho, a formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, sua infraestrutura, o sucesso e permanência do aluno.

Há que se vislumbrar uma perspectiva de avaliação mais equilibrada entre as avaliações internas, aquelas que verdadeiramente podem ajudar os alunos a aprender, e as avaliações externas e seus indicadores. Um ensino de qualidade deve priorizar formas eficazes de se proceder à avaliação do processo escolar que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o processo escolar como um todo.

Embora as questões levantadas se configurem como grandes desafios é possível afirmar que através da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e sua implementação na prática, podem-se alcançar bons resultados e uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER L Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2001.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 13 de jul. 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem, compreensão e conhecimento**. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/>. Acesso em: 30. Jul. 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. - 13 ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad – Câmara Brasileira do Livro – SP, 2009.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SEE/MG, **Projeto Estratégico em Tempo Integral – 2013**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf). Acesso em: 28.Ago.2014.

ANEXO I – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 – E.E. JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO																											
JANEIRO							FEVEREIRO - 20dias							MARÇO - 18dias							ABRIL - 20dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
														30	31												

MAIO - 21dias							JUNHO - 9dias							JULHO - 14dias							AGOSTO - 21dias							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
				1	2	3	1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5							1	2
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	
																					31							

SETEMBRO - 23dias							OUTUBRO - 19dias							NOVEMBRO - 20dias							DEZEMBRO - 15dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1		1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
														30													

Férias escolares: janeiro
 Início do ano letivo: 03de fevereiro
 Término do ano letivo: 19 de dezembro
 02(dois) dias escolares: 22 e 23de dezembro

- Sábado letivo Recessos Escolares Comuns:
 03e05demarço(*recesso Carnaval*)
 17de abril(*recesso Paixão de Cristo*)
 02 de maio (*recessodia do Trabalho*)
 12, 13, 16a18, 20,23 a 27 e 30 de junho, 01 a 04 e 07 a 11 de julho(*recesso junho e julho*)
 13, 14, 15, 16 e 17 de outubro
 24, 26,29 a 31de dezembro(*recesso final de ano*)

- Feriados e Dias Santos
 01de janeiro (*Confraternização Universal*)
 04demarço(*Carnaval*)
 18de abril (*Paixão de Cristo*)
 21de abril (*Tiradentes*)
 01de maio (*Dia do Trabalho*)
 19de junho (*Corpus Christi*)
 07desetembro (*Independência do Brasil*)
 12de outubro(*Nossa Sra. Aparecida*)
 02de novembro (*Finados*)
 15de novembro (*Proclamação da República*)
 25de dezembro(*Natal*)

